

Título: A revalorização da educação popular numa conjuntura de crise

Ano: 1998

Autoria: Victor Vicente Balla

**TRABALHO ENCOMENDADO PELO GRUPO DE TRABALHO
EDUCAÇÃO POPULAR (GT 06)**

**A REVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR
NUMA CONJUNTURA DE CRISE**

Victor Vincent Valla

Julho, 1998.

A REVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NUMA CONJUNTURA DE CRISE

1. Introdução

Agradeço o convite de apresentar este trabalho no Grupo de Trabalho Educação Popular na Reunião Anual da ANPED, 1998. De acordo com o título, vou trabalhar com a premissa de que o momento que estamos vivendo é muito propício para a educação popular, e, até, poderia contribuir para uma “revalorização” da própria idéia de educação popular no Brasil. Não quero dizer que há poucas experiências de educação popular hoje no Brasil, mas que é possível que um momento muito intenso de educação popular, como nas décadas dos anos 60 e 70, possa estar surgindo.

2. Colocando em discussão a imagem de “impasse”.

A conjuntura atual, nível nacional ou internacional, tem contribuído para a predominância de uma imagem de impasse entre alguns que se preocupam com o quadro econômico, social e político. Stotz (Valla e Stotz, 1997) observa que as empresas transnacionais -- em número cada vez menor, em virtude de fusões e incorporações -- passaram a impor seus interesses em todos os cantos do planeta, envolvendo questões como o grau de proteção das economias nacionais, o âmbito da intervenção direta do Estado na economia, os limites para o endividamento público em função de gastos sociais e assim por diante. No entanto, percebe-se que os sacrifícios impostos à maioria das populações que vivem apenas do seu trabalho não tem a contrapartida de economias em crescimento -- pelos menos a taxas compatíveis com as necessidades das populações e com a garantia de melhoria da renda e bem-estar. O mundo do trabalho hoje está constrangido, de um lado, pelo desemprego estrutural e, de outro, pela precarização do trabalho. A situação nos países em desenvolvimento é mais dramática porque políticas, instituições e serviços voltados para a proteção social -- que nunca foram muito eficazes e dificilmente tinham caráter universal -- vêm sendo revistas, desmontadas ou limitadas.

O aumento da entrada na economia brasileira do capital especulativo estimula o crescimento do desemprego estrutural, devido aos juros altos, que atraem os capitais estrangeiros. O crescimento da economia é atrofiado pelas dificuldades de empresários contraírem empréstimos, e como resultado, demitem parte da sua força de trabalho. Cada privatização de uma empresa estatal, até agora, tem resultado na demissão de uma parcela substancial dos empregados. Assim, cresce o trabalho informal, de biscateiros, camelôs e a precarização do trabalho pela via da terceirização, por exemplo, e, em consequência, diminui o número de pessoas a pagar o imposto de renda. Se juntarmos a esse quadro a sonegação de impostos por empresários (há estimativas de mais de 40% de sonegadores), podemos ver que a arrecadação dos governos cai, de várias formas.

O aperto no uso do dinheiro público para fins públicos, incentivado pelo governo federal, sob fiscalização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, leva estados e municípios a seguirem o mesmo caminho; vinte e dois dos estados brasileiros têm acumulado dívidas tão grandes que seria necessário gastar tudo que arrecadam num ano para saldá-las (Rodrigues, 1998).

A proposta hegemônica entre os que se preocupam com a qualidade e quantidade dos serviços básicos, e, portanto, com o destino do dinheiro público, é a de fazer reivindicação e pressão sobre os governantes (Valla, 1994). Embora se julgue que tal proposta continua sendo necessária, e que todo governo somente atua sendo “empurrado”, observa-se, em quase toda a América Latina, uma certa perplexidade quanto aos resultados assim obtidos. O rígido controle fiscal exercido pelo Governo Federal, e consequentemente, pelos estados e municípios, ao lado da presença forte do FMI e do Banco Mundial sobre as contas brasileiras, geram um ambiente de penúria. E muitos governantes contam com estes limites para ignorar as reivindicações de caráter popular da sociedade civil.

Essa fiscalização mais rígida acaba tendo um efeito perverso. Compromissos eleitorais e gastos com empreendimentos que garantem boa visibilidade fazem com que os governantes se recusam a negociar com os movimentos populares para não abrir precedentes com outros grupos sociais que também querem reivindicar. Há, na realidade,

um controle maior sobre as contas públicas, mas que ironicamente deixa os movimentos populares com pouco espaço de negociação.

Pode ser difícil acreditar que o governo brasileiro sofra um controle tão grande pelo FMI, pois há muito esforço oficial para difundir uma imagem de autonomia. Mas os recentes acontecimentos na Indonésia que apareceram na imprensa brasileira, afirmaram que foi o FMI que exigiu do governo indonésio que fossem aumentadas as tarifas de ônibus naquele país (Jobim, 1998).

A imagem de “impasse” se impõe para descrever o momento atual, em oposição ao que se imaginava seria o caminho a ser percorrido pelos movimentos populares. O esquema teórico que indica o consumo coletivo e a infra-estrutura industrial como os dois destinos da verba pública arrecadada através dos impostos, aponta, também, para uma espécie de confronto entre o poder público e o que é denominada como a “sociedade civil de caráter popular” (Valla e Stotz, 1997).

Podem-se acrescentar a esse quadro as dificuldades dos sindicatos ante o problema de desemprego, assim como dos partidos políticos ante a descrença da população, e, em particular, das classes populares, quanto as eleições possam representarem algum tipo de transformação (Benjamim et alli, 1998). Embora não seja o caso de todos os políticos, a distribuição de verbas pelo governo federal, assim como o envolvimento de um número razoável de políticos em corrupção, leva muitas pessoas de poucos recursos a venderem ou negociarem seus votos.

Na mesma linha de raciocínio, cabe citar o exemplo dos Conselhos de Saúde como outro indicador da imagem do impasse. De todos os Conselhos tripartites, são os que há mais tempo existem e mais experiência têm acumulada. Parece importante ter em mente que as medidas sobre participação popular e o Sistema Único de Saúde (SUS), aprovadas durante a 8a Conferência Nacional de Saúde, e presentes na Lei Orgânica de Saúde, têm uma coincidência no tempo com a eleição do Fernando Collor de Melo e a aceleração de incorporação da sociedade brasileira ao processo de globalização. As medidas aprovadas, principalmente no tocante da criação dos Conselhos de Saúde, foram um avanço. Mas, o rígido mas contraditório controle fiscal exercido pelo Governo Federal -- seja em

atendimento às exigências do FMI, seja em gastos do dinheiro público, para pagar a dívida externa ou salvar bancos privados em apuros -- gera um ambiente de penúria e controle.

O debate sobre os Conselhos de Saúde, principalmente os municipais, cabe neste contexto. A importância da participação de representantes dos movimentos sociais na 8a Conferência Nacional de Saúde, e da aprovação das medidas sobre a participação popular nos Conselhos, podem ter tido o efeito de uma ilusão ótica no tocante a considerar os Conselhos os lugares, “por excelência”, de participação popular na área de saúde. Sem dúvida, os Conselhos representam um espaço importante de participação popular no sistema de saúde, pois são um espaço formal e legal para representantes dos setores organizados da sociedade civil deliberarem sobre os rumos da saúde no seu município. Há, no entanto, uma experiência já acumulada, nos Conselhos, que indica os limites estreitos para se conseguir levar à prática as medidas aprovadas.

Como a aprovação do SUS coincide com uma conjuntura de medidas neoliberais, a tendência de muitas das prefeituras no país é de exercer excessivo controle sobre o orçamento do setor saúde. Devido à difícil situação financeira dos estados e da maioria dos municípios, freqüentemente o trabalho desenvolvido pelos Conselhos é de apreciar as decisões já tomadas de antemão pelos prefeitos e secretários de saúde. Desde a implantação dos Conselhos, se vem debatendo se seu papel é deliberativo ou consultivo. Quem discorda da política do Secretário de Saúde, quase sempre também presidente do Conselho, entende que um papel consultivo é freqüentemente inócuo com relação às decisões a serem tomadas. Mas, mesmo quando se concorda ser deliberativo o papel do Conselho, com freqüência os gastos aprovados superam o orçamento, fazendo com que alguns dos conselheiros passem a desempenhar também um papel que Werner (1994) denomina de “reivindicativo”, pois quem “deliberou”, passa demandar o cumprimento da lei..

Em alguns Conselhos, principalmente no Rio de Janeiro, a demanda por acesso à assistência médica é tão grande, que quase nunca há tempo para se discutir questões relativas ao meio ambiente e ao controle de epidemias e endemias. (Valla, 1998).

Um dos eixos centrais de preocupações com a eficácia dos Conselhos reside no seu caráter de democracia representativa. Quase sempre o número de entidades populares é

superior aos 50% de vagas reservadas para os “usuários”. Em alguns municípios, a hegemonia da Secretaria de Saúde, e sua pouca disposição de discutir o orçamento, levam os usuários a não acreditarem muito na viabilidade do Conselho. Nestas ocasiões, a “representatividade” é preenchida por “quem aparece”. Assim, em que medida os Conselhos são, de fato, representativos da população que serve como referência?

A própria conjuntura de restrição dos gastos públicos contribui para diminuir a disposição das Secretarias de Saúde discutirem o orçamento de saúde com os Conselhos. Este autor testemunhou, numa cidade no interior do Estado de São Paulo, um Secretário de Saúde afirmar que não havia necessidade de discutir o orçamento porque o município não havia adotado a política de “orçamento participativo” (Valla, 1998).

Possivelmente a importância que os Conselhos têm assumido como lugar privilegiado de participação popular no setor de saúde tem resultado numa espécie de “encurralamento” do movimento popular num espaço muitas vezes burocrático e de pouca representatividade (Valla, 1998).

3. LÓGICAS QUE AJUDAM A DESFAZER O “IMPASSE”.

Pensar a questão da educação popular numa conjuntura de crise pode também evocar uma imagem de abrir uma janela. É possível que a crise nos leve a abrir janelas que não abriríamos caso não houvesse a crise. E, uma vez aberta a janela, é possível ver algo novo. Nesse sentido, cabe destacar algumas novas formas de olhar os movimentos sociais nesta conjuntura.

Uma primeira se refere à proposta mais conhecida como a do Betinho. Trata-se da proposta da Campanha contra a Fome, e a Miséria, e pela Vida, mais conhecida como a “campanha contra a fome” (Jacobi, 1995). Parece significativo nessa proposta não somente o objetivo principal, mas também o debate que se desenvolve em torno dela. Quando lançada, esta proposta foi atacada com argumentos da seguinte espécie: em vez de distribuir esmola aos pobres, deveríamos fazer a reforma agrária; cabe aos governos distribuir alimentos à

população, pois recebem os impostos da população; o governo federal mantém armazéns cheios de grãos que deveriam ser utilizados para saciar a fome dos famintos, etc.

Num esforço da imaginação, poder-se-ia imaginar um debate com Betinho em torno da sua proposta. Num canto do palco imaginário, Betinho, oferecendo sua proposta; e no outro, um grupo de militantes lançando seus argumentos contra a Campanha. O que parece ser inovador deste debate é que o Betinho certamente concordaria com todos estes argumentos contra sua proposta. Diria que é necessário fazer a reforma agrária, obrigar o governo custear a fome da população e abrir seus armazéns para a distribuição dos grãos. Mas provavelmente perguntaria quanto tempo e quanta pressão seriam necessários para levar a cabo cada um destes projetos. Ou seja, que não haveria contradição entre a transformação da sociedade e a resolução dos problemas imediatos dos famintos.

Uma segunda linha de raciocínio, que, de certa forma, complementa a primeira, é desenvolvida por Marília Spósito (1993). No seu trabalho *A ilusão fecunda*, Spósito levanta a hipótese de que a ascensão social da população pela escola pública seria uma ilusão, mas uma ilusão fecunda. Embora seja possível hoje em dia perceber que não há garantia de melhoria de vida para alguém que completou os estudos do primeiro grau, mesmo assim, os esforços, tantos dos indivíduos, como também dos movimentos populares, trariam muitos benefícios. Como apenas um dos exemplos, a luta pela implantação da escola num bairro periférico de São Paulo implicou também na construção de um posto de saúde, na pavimentação das ruas e na aproximação e na circulação mais freqüente do transporte público.

No mesmo sentido, de haver outras “ilusões fecundas”, não somente entre as classes populares, mas entre os mediadores também. Lutar por uma escola pública de qualidade, de uma saúde pública de atenção universal e de qualidade, buscar eleger um candidato progressista -- são exemplos de possíveis ilusões fecundas, onde o objetivo final pode não estar no horizonte, mas cujo processo indicaria avanços em direção à democracia e à cidadania. A idéia da ilusão fecunda traz a tona os comentários de que “não vale a pena”, ou “não se vai conseguir”, como se, de antemão, já se pudesse decidir sobre o fracasso de um determinado projeto.

Uma terceira linha, já mencionada em outros trabalhos (Valla, 1994,1997), surge a partir da experiência da população peruana durante a epidemia de cólera no início da década. A epidemia teve como desfecho uma surpreendentemente baixa taxa de mortalidade, mas muito mais em função da iniciativa dos grupos populares do que dos investimentos do governo. Simbolicamente denominado "duplo caminho peruano", este movimento cobrou do governo sua responsabilidade, e, ao perceber que o governo não respondia com os recursos necessários para combater adequadamente a epidemia, implementou uma política própria de mutirão para salvar os atingidos. O "duplo caminho" não abre mão da reivindicação como proposta política, mas questiona essa "via única" nesta conjuntura de globalização.

De certa forma, as três maneiras de olhar os movimentos sociais retomam uma discussão antiga da educação popular: se é a reflexão que impulsiona a ação, ou se a ação é que estimula a reflexão. De qualquer forma, uma discussão que aponta para a necessidade de disputar o poder como forma de garantir a democracia e os direitos sociais, mas que reconhece que este caminho não vê a resolução da miséria população como um "bolo a ser distribuído depois da chegada ao poder".

4. Uma quarta lógica: a "agressividade saudável" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Contribuindo para reforçar a imagem do impasse, Stedile (1998) oferece alguns dados sobre a conjuntura atual: “ a) O Brasil é o campeão mundial de concentração de renda, riqueza e desigualdade social. Somente aqui os 10% mais ricos são donos de 48% de tudo que é produzido.

“ b) É o campeão de pagamento de juros ao exterior. Cerca de 52% do Orçamento da União vai para pagar juros.

“ c) É o campeão da dívida externa. Pulamos de US\$ 179 bilhões em quatro anos....d) 44% da população ganha menos de R\$2 por dia, 18% da população está abaixo da pobreza absoluta....Temos 18,9% de desemprego, o que revela um crescimento de 209% de

1980 até hoje. O índice de homicídios nas grandes cidades era de 11 para cada 100 mil habitantes no início do governo FHC. Agora é de 20.

“ e) Somos o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade da terra”.

Se, na perspectiva popular, a “política” e os “políticos” merecem pouca confiança, não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades.

Tal constatação parece corresponder à realidade brasileira. E se significa, de um lado, que as manifestações populares como já se conheciam na década dos anos 80 não se desenvolvem da mesma forma hoje; de outro, pode também indicar a necessidade de outra forma de participação.

Na atual conjuntura, entre as várias propostas de participação popular, duas tendências parecem despontar. E ambas tendem a rejeitar a definição clássica de participação popular: isto é, uma mobilização de cidadãos que procura obrigar os governantes a sentarem na mesa e negociar. Uma tendência seria a de insistir no trabalho popular segundo a idéia de mutirão, de apoio mútuo, de solidariedade. Muitas vezes desenvolvida em torno de igrejas, ONGs e associações de moradores, essa tendência representa a pouca esperança de que os políticos brasileiros venham a levar em conta as necessidades das populações pobres.

A outra tendência, que tem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seu mais importante representante, abre uma nova perspectiva de canal de negociação. Tanto o MST, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST), trabalham com a concepção que somente acontecimentos consumados – ocupações de terras particulares ou públicas, mas em desuso para fins de agricultura, ou a ocupação para fins de moradia de prédios públicos desativados – garantiriam uma negociação de fato. As iniciativas populares das duas tendências indicam, como o afirma Starn (1994), não haver apatia na parte das classes populares, mesmo em tempos de calma.

As propostas de saques de armazéns ou supermercados (práticas seculares no Nordeste brasileiro) ou de caminhões de transporte, se subordinam à lógica das propostas do MST: quando os direitos adquiridos não são respeitados pelos governos, e quando não há disponibilidade dos mesmos governos em negociar, é necessário uma certa “agressividade saudável”. Um exemplo simples, mas eloqüente dessa prática foi o de um grupo de pobres cercar um supermercado em São Paulo. Ante a

iminência do saque, o gerente mandou os empregados distribuírem sanduíches de mortadela aos pobres (Amaral, 1998).

4. Os serviços públicos em face do impasse de recursos humanos e materiais.

A participação popular é um conceito de uso universal. Mas na América Latina, com grandes níveis de desigualdades de renda e condições de vida, e acentuado grau de autoritarismo dos governantes com os cidadãos, tem um significado especial. Embora as definições do termo possam variar, todas tendem a se relacionar com a capacidade do Estado de arrecadar impostos e distribuí-los, sob forma de dinheiro público. Todas as forças da sociedade brasileira “participam” da disputa pelo dinheiro público. O termo de *participação popular*, porém, tradicionalmente se refere às classes populares. Isto é, aos 60 a 70% da população que sobrevivem exclusivamente do seu trabalho diário, e que dependem, em grande parte, dos investimentos do Estado para poder reproduzir suas forças de trabalho (Valla e Stotz, 1991).

Todo governo destina o dinheiro público ao consumo coletivo e à infra-estrutura industrial. O consumo coletivo se relaciona com os serviços necessários à reprodução da força de trabalho, principalmente das classes populares: saneamento, luz, saúde, educação, transporte público. E a infra-estrutura industrial se refere àqueles investimentos necessários para o funcionamento da própria sociedade: rodovias, ferrovias, usinas, barragens, pontes, etc.(Valla e Stotz, 1991).

Nesse esquema, a sociedade civil de caráter popular pressiona os governos para garantir uma distribuição do dinheiro público que leve em conta a qualidade dos serviços básicos e a conseqüente reprodução da força de trabalho, no seu sentido mais amplo.

Mas há uma segunda discussão sobre a própria qualidade dos serviços; ou seja, não basta apenas garantir que um determinado volume de recursos seja destinado aos serviços de saúde e educação. Algumas das preocupações com a escola pública dizem respeito à inclusão do saber popular trazido à escola pelos alunos. Ou seja, como garantir a discussão e aprendizagem de um saber universal, sem, ao mesmo tempo, abrir mão do saber que as classes populares trazem para as escolas? Como garantir uma avaliação da aprendizagem

que não seja uma repetição da fala do professor e que avalie de fato o que o aluno entendeu na sala de aula? (Barbieri, 1992)

Como, nas unidades de saúde, garantir uma resolutividade para os problemas que as classes populares trazem? Nas grandes cidades, há frequentemente uma longa espera (às vezes de meses) para uma consulta, que faz com que o problema de acesso seja colocado como prioritário para os Conselhos de Saúde. Com o aumento do desemprego estrutural, cresce o número de pessoas que trazem para as unidades um “sofrimento difuso”, os problemas de nervos. Quando as próprias condições de vida criam um determinado tipo de queixa, qual é o medicamento indicado para estes problemas nebulosos, lembrando que uma consulta, no máximo, leva 15 minutos, mas frequentemente dura apenas quatro ou cinco?

Um grupo de professoras do primeiro grau, de uma cidade no interior do Estado do Rio de Janeiro, frequentava um curso de especialização em pedagogia na cidade do Rio de Janeiro. Tão motivadas que ficaram com a nova aprendizagem que na volta a sua cidade, se dedicaram integralmente aos alunos da sua escola, ao ponto de ficar o dia inteiro com as crianças, dessa forma atraindo reclamações dos seus maridos e filhos. No fim do ano, foi praticamente eliminado o fracasso escolar. Animados com os resultados, voltaram à universidade para fazer um novo curso, quando souberam do novo professor que o método utilizado até então era “equivocado”. Desanimadas, talvez abandonassem o trabalho de “dedicação exclusiva” na sua escola, não fosse uma colega chamar atenção para a hipótese de que um dos fatores essenciais das poucas reprovações na escola ter sido o tempo que as professoras dedicaram aos alunos (Algebaile, 1997).

Vasconcelos (1997) aponta para uma crescente parcela da população que não tem condições de se dirigir às unidades de saúde devido aos problemas criados pelo desemprego estrutural e pela desintegração da família. Chama atenção para a necessidade de visitas às casas das pessoas pelas quais a unidade de saúde é responsável. Está se referindo a que outros na saúde vêm chamando atenção sobre o pouco tempo para as consultas e a consequência, quase obrigatória, de “medicalizar” a população como forma de dar resposta às suas demandas.

Num recente Fórum sobre práticas sociais alternativas, realizado em Passo Fundo, RS, surgiu um debate sobre o emprego da palavra “alternativa”, se referindo aos trabalhos que se desenvolvem hoje no Brasil com doentes do vírus HIV, dependentes químicos e de álcool e meninos e meninas de rua. Praticamente todos os trabalhos “alternativos” debatidos estavam sendo desenvolvidos ou por ONGs ou por grupos vinculados às instituições religiosas, ou seja, por grupos que dispunham pouco de dinheiro público. O que chamou muito a atenção dos participantes no Fórum foi como o Estado brasileiro vem incentivando os grupos voluntários de assumir tarefas que são suas. E uma das justificativas seria o custo do “tempo” e “atenção” necessários nestes tipos de trabalhos. Um tempo e atenção que os governos alegam não ter recursos.

Na realidade, todos os exemplos acima, seja o da experiência das professoras, seja o do estudo do Vasconcelos -- todos apontam para os ingredientes de tempo e atenção com as classes populares para garantir resultados de qualidade.

Essa afirmação permite que se relaciona essa questão com o debate em torno da teoria do apoio social (Valla, 1996, 1997a). Essa teoria, embora de origem de estudiosos progressistas norte-americanos, dá pouca ênfase na literatura norte-americana a questão do tempo e atenção como problema dos serviços de saúde nos Estados Unidos. A teoria, uma crítica à medicalização da população norte-americana pelos serviços de saúde, se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas já conhecidas, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas e que desse processo se apreende de que as pessoas necessitam umas as outras (MINKLER, 1985).

Essencialmente, o debate em torno do apoio social se baseia em investigações que têm como hipótese de que as doenças têm sua origem no desequilíbrio emocional e que muitas delas têm sua resolução pelo apoio. Uma das premissas principais da teoria é a de que o apoio social exerce efeitos diretos sobre o sistema de imunidade do corpo, isto é, desempenha a função de mediadora, no sentido de aumentar a capacidade das pessoas a lidar como o *stress*. Outro possível resultado do apoio social seria sua contribuição geral para a

sensação de coerência da vida e o controle sobre a mesma, que, por sua vez, afeta o estado de saúde das pessoas de uma forma benéfica (CASSELL, 1976).

Estudos têm demonstrado que os apoios disponíveis de determinadas organizações sociais podem influir benéficamente no sentido de proporcionar fatores de proteção contra o aparecimento de doenças, oferecendo melhorias de saúde física, mental e emocional (CASSELL, 1974). Trata-se da noção de *empowerment*, isto é, um processo pelo qual indivíduos, grupos sociais e organizações passam a ganhar mais controle sobre seus próprios destinos (MINKLER, 1985). Neste sentido, um envolvimento comunitário, por exemplo, pode ser um fator psicossocial significativo para melhorar a confiança pessoal, a satisfação com a vida e a capacidade de enfrentar problemas. Assim é possível pensar a participação social como forma de reforçar o sistema de defesa do corpo e diminuir a suscetibilidade à doença.

O que mais aparece como pano de fundo desta teoria, então, são as categorias de tempo e atenção. A crítica a aspectos do modelo biomédico ganha uma relevância maior no Brasil devido à contradição entre o acesso e a resolutividade nos serviços de saúde. A grande demanda da população faz com que o acesso seja muito limitado em termos de tempo e a atenção, dessa forma praticamente obrigando os profissionais a medicalizar quem procura os serviços.

5. A revalorização da educação popular numa conjuntura de crise.

As considerações acima permitem uma comparação com o debate sobre educação popular durante o regime militar. O que alguns que faziam oposição ao regime militar levantavam era a quase impossibilidade de desenvolver uma discussão sobre democracia e educação popular de acordo com os interesses das classes populares no interior das escolas públicas. Quem achava que o espaço era limitado e vigiado demasiadamente propunha o desenvolvimento de atividades de educação popular fora da escola pública (Paiva, 1984). Foi o próprio regime militar e sua vigilância sobre os serviços públicos que serviram como incentivo para que a educação popular fosse valorizada como forma de aproximar as classes populares e incentivar sua educação e organização política.

É claro que a conjuntura hoje não é a mesma daqueles anos. Mas há de perguntar se a restrição de investimentos dos governos, hoje, não levanta um questionamento semelhante. Ao invés da ditadura militar, não está havendo uma ditadura do orçamento? Será que não seria necessário desenvolver atividades de educação popular fora dos serviços hoje como forma de buscar que o resultado de qualidade esperado nos serviços públicos de saúde e educação fosse alcançado?

Na realidade, está se deparando com a lógica intrínseca das propostas da Campanha contra a Fome, a Miséria, e pela Vida, e do duplo caminho peruano. De um lado, é necessário reivindicar que os governos invistam o dinheiro público para permitir a construção compartilhada do conhecimento nas salas de aula, assim como consultas que permitam os profissionais de saúde levarem em conta as condições de vida responsáveis pela queixas apresentadas. Mas, no interior da mesma lógica, também é necessário saber o que fazer se os governos continuarem a não atender as reivindicações da sociedade civil de caráter popular. É neste sentido que se propõe que muito daquilo que se espera desenvolver com qualidade no interior dos serviços públicos seja encarado também como uma atividade de educação popular.

Essa proposta utópica poderia ser visto dentro da lógica da “ilusão fecunda”, no sentido de que talvez nem tudo o que se procura seja possível, mas muito mais do que se esperava possa vir por este caminho. Assim, poderia haver uma aproximação entre o que se entende como atividades de educação popular e militância política, se entendermos militância política como a busca da qualidade de atendimento da população na escola pública e nos serviços públicos de saúde.

6. Bibliografia

ALGEBAIL, Eveline Bertino. Faculdades Bennett. Rio de Janeiro, (Comunicação pessoal) 1997.

AMARAL, Luís Henrique. Loja usa mortadela para dispersar cerco. In: *Folha de São Paulo*. 15 de maio de 1998, p. I-7.

BARBIERI, Marisa Ramos. Departamento de Psicologia e Educas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Ribeirão Preto, (Comunicação Pessoal) 1992.

BENJAMIN, César et. Alli. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1998.

CASSELL, E.J. An epidemiological perspective of psicossocial factors in disease etiology. *American Journal of Medicine*, 11: 1040-1043, 1974.

CASSELL, E.J. *The Healer's Art*. New York: J.P.Lippincott Company. 1976.

JACOBI, P. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. In: *Proposta*, Uma revista trimestral da FASE, Ano 23, No. 67, dezembro de 1995, 27-40.

JOBIM, Nelson Franco. O dilema do ditador indonésio. In: *Jornal do Brasil*, 17.05.98, p. 13.

MINKLER, Meredith. Building supportive ties and sense of community among the inner-city elderly: The Tenderloin Outreach Project. *Health Educational Quartely*, Vol. 12, No. 4, 1985, p. 303-314.

PAIVA, Vanilda P. Introdução. In: Paiva, Vanilda, P. (Org.) *Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro. Graal/Centro João XXIII., p. 32-35, 1984.

RODRIGUES, Fernando. 21 estados devem mais do que receita anual. In: *Folha de São Paulo*, Caderno I - 6, 11.01.98.

SPÓSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

STARN, Orin. *Reflexiones sobre ronda campesinas, protesto rural e nuevos movimientos sociales*. Lima: IEP Ediciones, 1991.

STEDILE, João Pedro. O Governo FHC é o caos social. In: *Folha de São Paulo*. 05 de julho de 1998, p. I-3.

VALLA, V.V. e STOTZ, E.N. *Participação popular e saúde*. Petrópolis. Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) e Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL), 1991.(Segunda edição).

VALLA, V.V. Nova ordem mundial e condições de vida no Brasil: modificando as relações entre sociedade civil e educação popular. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2: 19-34, 1994.

VALLA, V. V. A crise da compreensão é nossa: Procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2: 177-190, 1996.

VALLA, V.V. Participação popular e saúde: A questão da capacitação técnica no Brasil. In:

VALLA, Victor V. e STOTZ, Eduardo N.(org.). Apresentação. In: *Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática*, p. 10, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.(2a edição).

VALLA, V.V. Educação popular e saúde. A religiosidade popular como expressão do apoio social. In: VASCONCELLOS, Hedy S. R. E FRANÇA, Speranza - *20 Anos de Educação Ambiental Pós-Tbilisi*. Rio de Janeiro. PUC-Rio/UFRJ. 1997a.

VALLA, V.V. A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços de educação e saúde. In: VALLA, V.V. e STOTZ, E.N. *Participação Popular, educação e saúde Teoria e prática*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1997b.

VALLA, Victor Vincent. Comentários a “Conselhos Municipais de Saúde: A Possibilidade dos Usuários Participarem e os Determinantes da Participação”. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, Vol. III, nº 1, 1998, p. 31-32.

VALLA, V. V. Movimentos Sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas. In: FLEURI, R.M. (Org.) *Intercultura e movimentos sociais*. Florianópolis. MOVER/NUP. 1998

VALLA, V.V. *Debatendo a participação das classes populares nos Projetos UNI*. Rio de Janeiro. 1998.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias*. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina. UFMG, 1997.

WERNER, Sonia Acioli. *Participação Social em Saúde: A experiência do Conselho Municipal de Saúde de Niterói*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública. 1994.